

BOLETIM GAÚCHO DE GEOGRAFIA

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

PAISAGEM: UMA REFLEXÃO DO CONCEITO ATRAVÉS DA VISÃO GEOSISTÊMICA

Cleberon Ribeiro de Jesus, Ingrid Regina da Silva Santos

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 43, n.2, Dezembro, 2016.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/57483>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - Dezembro, 2016.

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Seção Porto Alegre, RS, Brasil.

PAISAGEM: UMA REFLEXÃO DO CONCEITO NA CONCEPÇÃO GEOSSISTÊMICA

Cleberon Ribeiro de Jesus

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá. Email: cleberufmt@hotmail.com.

Ingrid Regina da Silva Santos

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Socioambientais – Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais – UFG/IESA/LABOTER. Email: ingridufmt@hotmail.com.

RESUMO

As análises dispostas no entendimento do conceito de Paisagem, quando esse é evidenciado pela ciência geográfica são de extrema importância. Desde sua efetivação como conceito de análise espacial em meados do século XIX, sua construção agrega inúmeros ganhos metodológicos, e também perdas importantes, principalmente quando é correlacionado a um caráter polissêmico, com seu emprego no senso comum, como forma de simples representação do ambiente pela visão humana. A partir da década de 1960, a Paisagem se torna base fundamental dos estudos do método geossistêmico, que detinham-na como característica dos valores dados pelas condições naturais e interpretadas pela vivência da sociedade, em uma relação dialética, perpassando a relação *rasa* naturalista a ela anteriormente engendrada, firmando-se pela interação plena de uma totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Método. Geografia. Geossistema.

1. ENTENDIMENTO PRELIMINAR DO CONHECIMENTO

Este texto é um ensaio com o propósito de esboçar reflexões sobre alguns temas que estão envoltos na construção do conceito de paisagem, por uma visão não somente restrita a condicionante social de apropriação do espaço geográfico – evidenciando o físico – (REIS JÚNIOR, 2007a, 2007b), mas, também suas inter-relações e interações profundas, partindo da compreensão de que a Terra e todas as suas particularidades são sistemas abertos (DREW, 1986; ROSS, 2006). Logo, apresentam-se condições de entendimento mais completas pelo viés de análises geossistêmicas (MEZZOMO, 2008; JESUZ, 2014).

Dessa maneira, o conhecimento, não deve ser visto sobre um só aspecto, isto é, individualmente, retalhado em disciplinas/matérias/formações, mas, deve-se sim, buscar a unidade no sentido mais amplo, como nos remete Souza Santos (1988), quando afirma que é através da interdisciplinaridade, baseado na dialética do saber que nos transportaremos do local para o total, e nesse movimento o conhecimento apropria-se das vivências (intra-extra) mundo.

Aos passos de Leff (2010), avalia-se que o entendimento do saber sobre a realidade produz-se, como efeito de práticas sociais diferenciadas, ou seja, a busca de um método, que, via de regra, caracteriza-se pela consolidação das análises de mundo do seu interlocutor, isto é, depende de um contexto de totalidade, ancorado nas construções histórico-espaciais do mesmo.

Independente do grau de análise disposta no bojo das discussões sobre a paisagem, todos a entendem conforme sua abordagem cerne, ou seja, do senso comum, ao discurso das ciências (que a têm como método/ferramenta de análise: geografia, botânica, arquitetura, biologia, zoologia, antropologia, história entre outras). Incidindo, assim, sobre a paisagem uma busca do resultado de suas construções ideológicas e culturais a cerca do mundo real e vivido (TUAN, 1980, 1983).

Nesse sentido, ao focar o conceito balizador de paisagem para a ciência geográfica, há grande destaque do seu emprego nas análises do método geossistêmico (BERTRAND, 1971; TRICART, 1977; MONTEIRO, 2000; SOTCHAVA, 1977), cujo essa interação produz grandes resultados na construção epistemológica da própria geografia (ANASTÁCIO et al., 2014; MOREIRA, 2012; GOMES, 2011; MORAES, 1994; SILVA et al., 2004; SANTOS, 1999; RODRIGUES 2001; REIS JÚNIOR, 2007b).

Assim, de modo que a paisagem não possa ser entendida como a simples adição de elementos geográficos disparados, mas, sim como um resultado das

combinações dinâmicas de elementos físicos, biológicos, de interação social que reagem dialeticamente uns sobre os outros e que fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpetua evolução (BERTRAND, 1971; BERTRAND e BERTRAND, 2007).

2. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM: LINEAMENTO CIENTÍFICO-GEOGRÁFICO

A ciência, ao se estruturar verticalmente em disciplinas, provocou uma ruptura no conhecimento filosófico, ao ponto de ser possível a perda de identidades ligadas à gênese do conhecimento, e, conseqüentemente, geraram-se diversas dúvidas. Essas dúvidas se orientaram na análise dos métodos em busca da compreensão sobre a eficiência das discussões propostas nessa ciência fragmentada (VILARINHO NETO, 2002).

Com a Geografia não foi diferente, de sua estruturação como ciência, no último quartel do séc. XIX às discussões referentes ao seu estágio atual de modernidade ou pós-modernidade, ainda se busca a superação de sua principal lacuna, a questão de um método único que a caracterize como uma ciência unitária (VESENTINI, 2008). Tal fato, ainda na atualidade acende intensos debates que, no entanto, são encabeçados pela principal e secular indagação epistemológica dessa ciência, – a geografia é uma ciência física ou humana?

Corroborando com a discussão da crise fundamental da geografia, Souza (2009), avalia que,

[...] é nesta abertura, neste limite, que a Geografia deve se colocar. Mas, não sob a égide de métodos inconsistentes e até mesmo ultrapassados. Afinal, isso significaria uma retroalimentação do vício da dicotomização tradicionalmente herdada e não-operacional. Um novo procedimento é imprescindível diante da nova visão da realidade (p. 92).

Qual realidade é posta? A da informação ultra-tecnificada, propiciada por uma nova re-formulação conceitual teórica, exposta por um entendimento pós-moderno? Ou, conforme a visão de Capra (2001), a nova realidade

[...] baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Essa visão transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais e será explorada no âmbito de novas instituições. Não existe, no presente momento, uma estrutura bem estabelecida,

conceitual ou institucional, que acomode a formulação do novo paradigma, mas as linhas mestras de tal estrutura já estão sendo formuladas por muitos indivíduos, comunidades e organizações que estão desenvolvendo novas formas de pensamentos que se estabelecem de acordo com novos princípios (p. 259).

Portanto, as colocações de Castro e Salomão (2000, p. 27) são pertinentes, pois expressam bem a problemática do método na ciência geográfica, em particular na Geografia Física. Assim, os autores mencionam que,

[...] as reflexões geográficas recaem não apenas sobre a identificação de fisionomias, dimensões, extensão e estruturas organizacionais internas e externas, sobre as relações em si ou ainda sobre a dinâmica que exprimem as ordens de grandeza dos fatos e fenômenos geográficos e seus significados histórico-evolutivos, mas sobre tudo, sobre a compreensão do que poderão significar em termos de uma ação deliberada no sentido de se tornarem o reflexo de práticas de uso e de ocupação do meio físico mais adequados à sociedade humana.

Os autores evidenciam a necessidade de que ao se construir uma pesquisa no âmbito geográfico, é preciso que essa esteja ancorada em pressupostos não somente teóricos, mas metodológicos, os quais não devem ser compreendidos superficialmente, apenas no que tange aos procedimentos de técnicas de operacionalização (não basta a aplicação de técnicas estatísticas, computacionais, modelagens matemáticas entre outras), mas sim de uma construção fundamentada em uma base amplamente discutida e abrangida em suas diversas fases (fundamentalmente as concepções teórico-metodológicas). Essa discussão levantada pelos autores permeia há mais de três séculos nos movimentos epistemológicos de construção da ciência geográfica, e ainda hoje não se concretizou, encontrando-se em plena construção.

Nesta perspectiva tem-se a apropriação do conceito de paisagem no desenvolvimento epistemológico da geografia, uma vez que sua concepção remete diretamente à dialética de amadurecimento científico perpassado por ela. Por conseguinte, o conceito de paisagem ficou mais atrelado aos estudos da geografia da natureza, onde foi (é) aplicado de forma complexa e abrangente no âmbito de suas análises (ROSS, 2006; SILVA e GALEANO, 2004).

A geografia desde sua efetivação como ciência no séc. XIX, trilhando por suas diferentes escolas e/ou correntes filosóficas, esteve sempre pautada nas análises da paisagem, natureza, espaço, território, região, lugar entre outros conceitos, ou categorias de análise, que, no entanto, se davam dispersas em muitas situações

das relações sociais (MOREIRA, 2012, GOMES, 2011, VESENTINI, 2008). Característica advinda de uma raiz naturalista que, atrelada ao contexto histórico presente, e ao pano de fundo de sua verticalização filosófica, nada mais foi do que a afirmação de sua condição de legitimadora do poder pelas classes dominantes (VILARINHO NETO, 2002).

O avanço dos estudos geográficos tendenciaram à separação da geografia entre ciência da natureza e ciência do homem (MORAES, 1994). E, desse modo, a partir dessa fragmentação, comprometeu-se a estrutura de identidade desse campo do conhecimento, que pode ser generalizado em uma análise da unidade dos aspectos físicos e humanos da realidade espacial. Envoltos a essa discussão Suertegaray e Nunes (2011, p. 15), comentam que nas conjunturas sociais, políticas e econômicas da época em que surgiu oficialmente a Geografia pareceria ser como “remar contra a maré, pois neste período a visão de ciência dominante privilegiava a divisão entre ciências da natureza e da sociedade”.

Essa dicotomia presente na construção do pensamento geográfico apresenta ainda hoje um intenso e acirrado debate entre muitos geógrafos que buscam em suas discussões o desenvolvimento de uma perspectiva teórica, conceitual e metodológica destinada a um conhecimento mais cognitivo da Geografia (JESUZ, 2014).

Nesse contexto, a concepção de paisagem surge nos primórdios da materialização dos pensamentos humanos, por meio das pinturas rupestres, dotadas de significados afetivos e representações habituais do modo de vida dos seres humanos antepassados. O termo em si surge em meados do séc. XV, com o poeta Jean Molinet. A partir desse ponto, sua construção como categoria de análise do “mundo” vem assimilando aspectos histórico-espaciais, ora objetivos, outrora subjetivos de ordens estéticas e/ou afetivo-culturais (FERREIRA, 2010).

O conceito de paisagem surgiu, com maior entonação na Geografia na segunda metade do século XIX, com os geógrafos físicos alemães, os quais empregavam o termo *Landschaft*. E a partir do século XX o termo passa a ser utilizado de forma corriqueira entre os geógrafos alemães para designar aspectos concretos da realidade geográfica, ou seja, se torna um conceito de uso referente aos mosaicos das feições naturais visíveis (CASSETI, 2005)

Essa análise é presente nas acepções proferidas por Suertegaray (2005, p. 50), onde a autora concebe um relato explicativo sobre as gêneses do conceito de paisagem no seio da ciência geográfica, abordando que de uma “perspectiva clássica, os geógrafos perceberam a paisagem como a expressão materializada das relações do homem com a natureza num espaço circunscrito. Para muitos, o limite da paisagem atrelava-se à possibilidade do visual”.

Corroborando com a autora, Schaier (2003) produz um contexto histórico-epistemológico desse conceito em consonância com o desenvolvimento da geografia, apontando que o conceito de *landschaft* estava atrelado ao positivismo descritivo comteano, e introduzido no discurso da escola alemã, onde o tinha como uma categoria científica com foco no conjunto de fatores naturais e humanos agrupados em unidades espaciais.

Em contraposição a essa abordagem estática alemã, surge a *paysag* (ou *pays*) francesa, que de uma forma dinâmica privilegiava o relacionamento do homem com o seu espaço físico. Mais tarde, no contexto moderno da geografia, sob uma abordagem neopositivista, a escola norte-americana substituiu o termo *landscape* – originado da escola alemã – pela ideia de região de Richard Hartshorne que, em suma, se dava pelo conjunto de variáveis abstratas deduzidas da realidade da paisagem e da ação humana.

Paralelamente a esse processo, surge na Alemanha e no Leste Europeu uma ideia mais holística e sinérgica da *landshaft* – a *landschatskomplex* – que definiu as unidades de paisagem pelo conjunto de seus processos ecológicos. A base dessa nova idéia, de acordo com Schaier (2003), é encontrada nas de *Landschaftsökologie* (ecologia da paisagem) discutida por Carl Troll e, mais tarde, por Hurtmut Leser.

Nesse paralelo, Tuan (1980), em sua discussão a cerca da topofilia, realiza um breve apanhado histórico sobre o emprego do termo paisagem, onde esclarece que

[...] a palavra *landschap*, originária do holandês, designava alguns lugares comuns com *um conjunto de fazendas ou campos cercados, às vezes uma pequena propriedade ou uma unidade administrativa*. Somente quando foi transplantada para a Inglaterra, em fins do século XVI, é que a palavra perdeu suas raízes terrenas e adquiriu o significado valioso de arte. Paisagem chegou a significar um panorama visto de um determinado ponto. Depois, foi à representação artística desse panorama. Paisagem foi também o pano de fundo de retratos oficiais; o *cenário* de uma *pose*. Como esse significado a palavra se integrou inteiramente no mundo do faz-de-conta (pgs. 152-153).

Essa contextualização desenvolvida pelo autor apresenta para o leitor a visão de paisagem atrelada a uma discussão de que um “cenário e paisagem são quase sinônimos”, onde o primeiro termo refere-se ao *mundo da ilusão* e o segundo ao *mundo real*, associado à vida e à natureza, em uma visão reducionista das relações cotidianas.

A paisagem é um termo discutido na construção do conhecimento científico e impreciso em sua concepção, sendo atribuído a diferentes ocorrências como fora exposto, o que atenua em muito o comodismo de seu emprego. Onde, assim, à sua utilização cabe a necessidade de quem o faz, e ao contexto histórico-filosófico presente. Dessa forma, as buscas pela epistemologia do conceito de paisagem são muitas, e causam um intenso debate entre muitos estudiosos do termo.

Diante dessa constatação, Suertegaray e Nunes (2011) indicam que a paisagem, para alguns, é o que a visão alcança, para outros, é algo além do visível, resultado da articulação entre os elementos constituintes, e deve ser estudada a partir da sua morfologia, estrutura e divisão. Enquanto, em Suertegaray (2005, p.51) a paisagem é percebida como “[...] um conceito operacional, ou seja, um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob a dimensão, qual seja a da junção de elementos naturais/tecnificados, sócio-econômicos e culturais”.

Embora Santos (1999) compreenda a paisagem como a expressão materializada do espaço geográfico, entendendo-a como forma, ou seja, denotando-a como um sistema de objetos. Enquanto isso, Corrêa (2001) a entende como o produto da ação do homem ao longo do tempo constituída de valores, crenças e dimensões simbólicas.

Nas contribuições de Emídio (2006), a autora nos relata que o termo paisagem, além das discussões desempenhadas pelos geógrafos e por biólogos como Jean Paul Metzger –, *ecologia da paisagem* – entre outros profissionais, apresenta a visão dos arquitetos, os quais procuram compreender esse conceito em suas análises de mundo, em cujas a paisagem pode se definida como,

[...] sendo o resultado de relações estabelecidas entre os componentes bióticos e abióticos do ambiente, onde o homem, em especial, imprime sua marca e a registra no tempo e no espaço – dimensões da história –, com significados econômicos e sociais, além dos ecológicos e culturais. Contudo, não se pode esquecer que ele se insere nesse contexto não apenas como um ser participativo, mas também perceptivo, pois seus estados mentais e emocionais são igualmente invocados. E mais, essa interação – entre o homem e ambiente – é evidenciada na paisagem pela qualidade de vida, quando incorporadas as diretrizes de sustentabilidade e superados os conflitos com a natureza (EMÍDIO, 2006, p. 164).

Percebe-se que a autora busca conceituar seu entendimento do que seria a paisagem, abarcando uma gama de relações e causas entre as interações naturais. Tendo, portanto, no homem, seu centro gravitacional de discussão, pois a paisagem

só é incorporada como tal, através do envolvimento e da percepção dada pelo ser social.

E nos ideais de Rosendahl (2007, p.215) este conceito é inserido no campo da religião, onde a percepção é conduzida pela trama geossimbólica e a paisagem “é uma estrutura visível, no qual a mensagem que nela se escreve em termos geossimbólicos reflete o peso do sonho, das crenças dos homens e de sua busca de significação”.

Nas concepções de Maximiano (2004, p. 90), a paisagem está em uma escala espaço-temporal dinâmica das relações antrópicas e naturais, em um determinado espaço. Espaço este determinado pelo grau de abordagem dada por um observador, o qual verá a paisagem fragmentada, mas não dissociada entre si. Ou seja, “a Paisagem não é o mesmo que espaço geográfico, mas pode ser compreendida como uma manifestação deste [...]”, ela “[...] poderia ser entendida como uma medida multidimensional de compreensão de um lugar”.

Nota-se que a compreensão do conceito de paisagem perpassa por correntes filosóficas e concepções teórico-metodológicas diversificadas no bojo geográfico, conferindo-a uma característica multifacetada, capaz de promover um amplo debate sobre sua apropriação pela ciência geográfica, por meio de seus exponenciais debatedores, contemporâneos ou não.

Nessa crescente apropriação social do meio, as representações do espaço e, especificamente da paisagem, ganha maior entonação, preferencialmente no escopo da relação de submissão da natureza em detrimento do avanço socioeconômico (humano) nas formas de processos e impactos desse conflito. Diante desse panorama as formas de sistematização em cartas de compartimentações ambientais ou carta de paisagens se evidenciam como o caminho a ser percorrido pelo plantel de estudiosos dessa relação (CAVALCANTI 2014). Isso de modo a ampliar as discussões do planejamento, organização e sistematização do território, Silva e Mateo Rodriguez (2014), apresentam uma interação complexa das relações estabelecidas no campo da paisagem, pois, como afirmam,

[...] um instrumento técnico-metodológico de eficaz apoio à institucionalização do planejamento ambiental consiste no zoneamento ambiental. A partir de uma análise integrada, adequada por escalas apropriadas às dimensões territoriais diferenciadas, é possível se identificar unidades ambientais/paisagísticas, por meio de técnicas cartográficas e de sensoriamento remoto (SILVA e MATEO RÓDRIGUEZ, 2014, p. 7).

Corroborando com a discussão proposta pelos autores, Cavalcanti e Corrêa (2014, p. 134), exprimem suas ponderações a cerca de uma geoeecologia, que, para eles, pode ser também entendida como sinônimo de uma ecologia de paisagens, ecogeografia, geografia ecológica, ciência da paisagem, estudo de geossistemas, que epistemologicamente, se concentram em três enfoques conceituais: estrutural, funcional e evolutivo.

Se na geografia a paisagem entoa sua maior complexidade e amplitude, são nos estudos que a entendem por partes mais estruturais, de representação estrutural da construção social do meio em que ela se efetiva como escopo de análise mais completa dessa realidade. Como afirma Silva (2008 p. 165), a “paisagem é para a Geografia um instrumento que possibilita uma primeira análise do espaço geográfico e, ao observá-la, percebem-se algumas relações estabelecidas ao longo do tempo”.

Nesse contexto, Cavalcanti (2014, p. 17), relata que as “paisagens são entidades geoeológicas, no sentido de que constituem um objeto com dimensões definidas na superfície terrestre e possuem ritmo e desenvolvimento dependentes das leis da Física”. Isto é, todos os complexos processos intra/extraterrestre (dinâmica estrutural, geológica, relação superfície-atmosfera, energia solar, trocas gasosas, e etc.) podem e são efetivos nas mudanças ocorridas no espaço geográfico. De modo consequencial, a inserção social nesse espaço, por meio de suas ações culturais, políticas e econômicas, alteram-no, formando paisagens, plausíveis de estratificação, representação e compreensão que, por meio de sua representação, fornece elementos admissíveis de uma cartografização (CASTANHO et al., 2011; VALENCIO, 2010).

3. O EMPREGO DA PAISAGEM NO MÉTODO DA GEOSISTÊMICA

A incessante tentativa de entender a ordem de um Geossistema, levando em conta seus padrões de simetrias e causalidade, tem provocado um lapso teórico mais restrito para tratar a complexidade da funcionalidade das paisagens em diferentes graus de interações sociais (REIS JÚNIOR, 2007a). Isso posto que a paisagem seja entendida de forma obscura pelos entes sociais que detém as normativas de construção do espaço. Nas contribuições de Luginbühl (2009), observa-se esse panorama dialético diante de uma construção advinda do século XIX, a qual propicia um entendimento que a sociedade não compreende a construção da paisagem como forma de apropriação do seu próprio meio. Conforme o autor,

[...] les conceptions qui font du paysage une construction sociale tendent à comprendre en quoi le paysage et ses analyses éclairent le fonctionnement du cadre de vie et les relations que les acteurs entretiennent avec lui et avec la nature qui le compose [...] (LUGINBÜHL, 2009, p. 15).

Apesar das inúmeras reformulações conceituais, as metodologias e técnicas do tratamento da paisagem como conceito balizador geográfico sempre obtiveram na discussão geossistêmica um importante suporte, devido ao amplo tratamento dado ao mesmo na busca do melhor entendimento das relações sociedade-natureza. E como afirma Tricart (1977, p. 19), as considerações propiciadas pelos estudos dos sistemas são, “[...] atualmente, o melhor instrumento lógico de que dispomos”, pois nos “permite adotar uma atitude dialética entre a necessidade da análise [...], e a necessidade, contrária, de uma visão de conjunto [...]”. Corroborando a esse respeito, Bertrand (1971, p.2) ressalva que “estudar uma paisagem é antes de tudo apresentar um problema de método, onde o tipo-indivíduo é o próprio fundamento do método de pesquisa”.

A busca ocasionada pelo emprego do conceito de paisagem nas concepções geográficas, através do uso de métodos, é necessário e complexo, e com o método geossistêmico não foi diferente. No entenato, o que torna essa interdependência tão visível são as abordagens da relação disposta nos estudos de seus idealizadores, que em detrimento à situação histórico-filosófica e avanço tecnológico imprimiram no cerne desse método a paisagem, tomando-a um conceito balizador de suas discussões, e tendo em sua concepção seus aportes teóricos.

A paisagem na visão russo-soviética estava atrelada a constituinte dos fluxos da matéria e energia. Esses parâmetros foram extremamente estudados pelos seus inúmeros especialistas, que através de um grande aparato técnico – científico e operacional disponível no pós-segunda guerra mundial, especialmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, promoveram uma série de estudos em seus territórios, estudos que apresentavam séries temporais consistentes e muito precisas. Conforme relata Ferreira (2010, p.194-195), ao dizer que,

[...] nos anos de 1960, pesquisadores soviéticos criaram sofisticadas estações físico-geográficas que contavam com equipes de pesquisas permanentes, imbuídas de identificar a dinâmica dos componentes naturais da paisagem, destacando os fluxos de matéria e de energia que a integram. As unidades de paisagem delimitadas segundo a funcionalidade sistêmica de seus atributos, os ex-soviéticos deram o nome de Geossistema.

O entendimento dos ex-soviéticos é de que a paisagem se constitui somente das dimensões naturais, não havendo ainda a interação do ser humano nessa analogia por completo. Ou seja, ao ponto em que os avanços tecnológicos permitiram à sociedade humana a se desenvolver, e conseqüentemente a “necessitar” de mais recursos naturais e formas de obtê-los, apareceram os estudos voltados ao conhecimento analítico do meio físico. Essa realidade é vista, quando se busca a origem da paisagem no entendimento dos ex-soviéticos, que para eles ela surge na cientificidade moderna com os estudos pedológicos de Vasily Vasilievich Dokuchaev (considerado o pai da ciência pedológica).

Dentre o seletivo grupo de cientistas que compunham o quadro russo-soviético dessa época, tem-se como maior expoente o geógrafo Viktor Sotchava, que desenvolvia seus estudos na Estação Siberiana, onde produziu uma série de relatórios ligados ao Instituto de Geografia da Sibéria e Extremo Oriente, sendo que um desses artigos foi traduzido em 1977 no Brasil pelo então Instituto de Geografia da USP. Foi esse que ocasionou uma série de discussões sobre o método geossistêmico, e uma maior reflexão sobre o emprego do conceito de paisagem no Brasil.

Nesse manuscrito, Sotchava (1977) busca a estruturação do conhecimento geossistêmico, designando-o como a base de fenômenos naturais, apontando que os fatores econômicos e sociais também o regem, mas em um segundo momento. Esse ideal reflete as concepções russo-soviéticas do século XX, onde se trabalhou o método geossistêmico por meio de transectos, estações experimentais, análises de laboratório, métodos gráficos e estatísticos, modelagem e mapeamento em grande escala, o que resultou em uma teoria de espacialização geográfica. Ferreira (2010, p. 194) complementa os ideais do autor quando trabalha a espacialização geográfica sotchaviana a partir do binômio homogeneidade e diferenciação que consistia “[...] no *geômero* definido pela sua qualidade estrutural homogênea e o *geócoro* pela sua estrutura diversificada”.

Na busca da otimização das contribuições russo-soviéticas para o geossistema, e a produção de uma discussão unificada a cerca da “paisagem total” ganham destaque na década de 1960 na França os estudos do geógrafo-geomorfólogo George Bertrand, que através do seu celebre artigo *Paysage et géographie physique globale* publicado em Toulouse em 1968, traduzido e publicado no Brasil em 1972, ganhou grande evidência e reconhecimento por toda a América Latina, até os dias atuais.

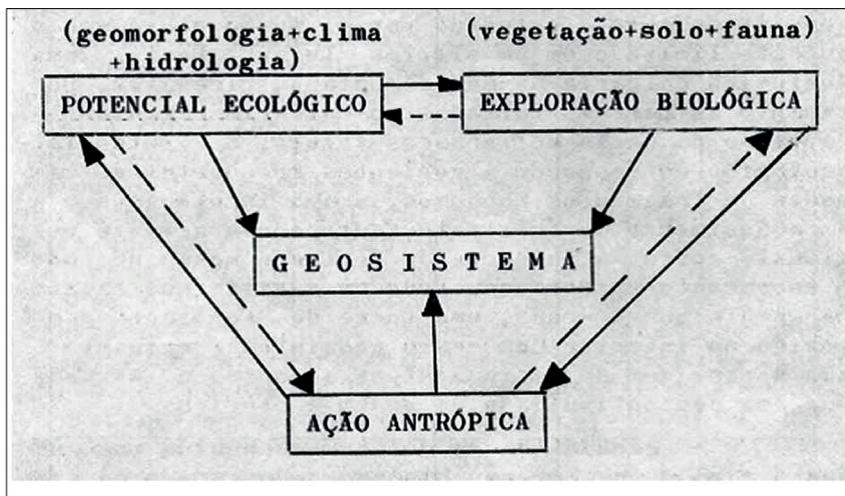
A construção do método de análise bertrandiana percorreu um amplo caminho, e se solidificou no que o próprio autor denominava *Teoria do método geográfico global* (BERTRAND, 1971), onde conforme Reis Júnior (2007, p. 365), a paisagem bertrandiana conceitualizada, apresentava-se sob cinco pontos metodológicos, assim expressos:

[...] a primeira, o objeto-paisagem é um conjunto indissociável, realidade transcendente às análises setoriais. Ou seja, o geógrafo tem de recorrer ao senso estruturalista de “padrão” (Bertrand, aliás, menciona bastante Piaget) e verificar se os elementos formadores subordinam-se a leis de sistema – leis estas que se diferem das de associação, em menor escala, e que provam serem distintas as propriedades do conjunto e dos elementos. Conforme a segunda, o espaço geográfico é tido como descontínuo; um mosaico de unidades isomorfas, cuja homogeneidade é definida pela escala. A terceira afirma que cada unidade, na sua escala, acaba constituindo uma estrutura espacial, sendo que cada estrutura se permitirá identificar pela posse de dinâmica própria (quarta consideração). Esta última estabelece, por extensão, que o sistema evolutivo total é atingido se englobados o sistema geomorfofenético, a dinâmica biológica e o sistema sócio-econômico de exploração. Por fim, a quinta determina que as unidades paisagísticas devam estar ligadas por relações variáveis no espaço e no tempo (daí ser preciso classificá-las respeitando este entrosamento recíproco).

A visão dada pelo autor em sua analogia bertrandiana evidencia claramente o escopo histórico em que se encontrava a paisagem (em uma França dos anos sessenta e setenta), principalmente porque esse conceito havia caído no modismo do senso comum, imprimindo um retrocesso e uma falta de objetividade científica. George Bertrand resgata essa concepção de método de análise ao inserir na paisagem estudos apropriados e profundos de sua epistemologia.

Sem dúvidas, seu *auge epistemológico* (entendendo seu processo de aprimoramento e autocrítica) foi a concepção de um método capaz de abarcar em sua estruturação os meios físico-bióticos e socioeconômicos, em um mesmo patamar interativo. Esse método ficou denominado de GTP (Geossistema – Território – Paisagem), onde seu tripé estava contido no potencial ecológico/abiótico (geomorfologia + clima + hidrologia), exploração biológica (vegetação + solo + fauna) e ação/utilização antrópica (cultivo, incêndio, desmatamento, etc.), ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Classificação tipológica do geossistema bertrandiano.



Fonte: BERTRAND, 1971.

Proveniente dessa incessante busca epistemológica das relações *Sociedade:Natureza* (S:N), Georges Bertrand incide sobre a polissemia posta à paisagem, ainda com o advento de seu método supracitado, que ao longo das décadas fora amplamente discutido e encorpado. Chegando a suscitar uma nova abordagem metodológica, que conforme Reis Júnior (2012), ainda não foi reconhecida abertamente pelo autor, “[...] este, ao que parece, é o modelo substitutivo do GTP. E pelo que se pode entender, neste protótipo teórico a paisagem reconquistaria centralidade nas explanações sobre ocupação e exploração do meio ambiente” (p. 37).

Essa abordagem consiste numa reformulação teórico-conceitual da Paisagem, que passaria de mero coadjuvante do método GTP para um dos fatores integrantes e concisos das relações <S:N>, a ponto de reconhecer não somente as interações existentes, mas ser fundamental no seu entendimento. Para esse provável método, Reis Júnior (2012) confere o título de *Sistema Paisagístico Territorializado*, conforme apontamentos do próprio Georges Bertrand (Fig. 2).

Figura 2: Esquema linear do Sistema Paisagístico Territorializado bertrandniano.



Fonte: REIS JUNIOR, 2012. Orgs. Autores.

Nessa nova concepção epistemológica estruturalista bertrandniana, a paisagem retorna ao centro da discussão, não da forma vista no GTP, mas numa abertura ampla, das construções sociais, não controversas de uma interação superficial entre o antrópico e o natural, e sim de toda interação imaginária, intangível e vivida de uma paisagem dinâmica real.

Não há estranhamento no fato de que a paisagem é vista e/ou usada pela Geografia (em especial pela sua parte de estudos físico-bióticos), como palco das relações *Sociedade:Natureza*, desde sua base filosófico-histórica da Alemanha do séc. XIX. Momento esse em que a mesma se estabilizou como conceito da ciência geográfica, mas sua reestruturação permeada nas últimas décadas (principalmente a partir da década de 1960) é que mostra maior consistência desse conceito no intuito do entendimento dessa relação intrínseca e ao mesmo tempo impactante.

De um modo geral, a paisagem não está claramente definida. Nesse sentido, Bertrand e Dollfus (1973, p. 162) escrevem que “a análise da paisagem deve ser metodologicamente jusante do problema humano para o tratamento da evolução da paisagem”. Observa-se, então, o problema epistemológico inerente ao emprego da paisagem na construção do método geossistêmico e na própria afirmação como conceito dentro da ciência geográfica, como analisar e/ou interpretar um conceito

tão amplo e complexo pela ótica de uma ciência fragmentada, a qual não é capaz de inserir as relações sociais em um escopo unitário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande parte do escopo teórico-metodológico criado pela Geografia está refletida no conceito de paisagem, pois sua construção esteve (e está) atrelada ao ensejo das interações sociedade/natureza. Logicamente que não está em uma visão reducionista e de submissão da natureza, mas em sua construção mútua, ou seja, o ideal de uma totalidade. Plausível de alcançar? Indagação complexa, devido ao contexto em que se encontra a Geografia, em seu “perpetuo” dualismo. E uma grande lacuna criada pela pouca expressão dos estudos engajados em construir seu arcabouço epistemológico, sem a adição de características separatistas (acirrada pela afirmação de um método supremo).

Como se vê, o conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifestada. Do amplo caminho trilhado na construção do conceito de paisagem, visto a partir das concepções geográficas, criou-se ao longo dos séculos um grande mosaico, que exige uma re-construção de sua base epistemológica.

Ao consultar sua afirmação, é possível identificar suas nuances pela escala temporal da epistemologia geográfica. A efetivação da Geografia como ciência exigiu que essa forma de análise do mundo empregasse em seu escopo de abordagem conceitos balizadores, amplamente discutidos, tais como o espaço, região, território, lugar e a paisagem. Esse abrangente campo conceitual permitiu que a Geografia permeasse por discussões diversas, em diferentes contextos histórico-políticos presenciados por ela após sua efetivação científica, seja tanto como ponto de conflito quanto empregada para viabilizar a supressão social e/ou natural de determinado recorte espacial (territorial ou construção social), ou mesmo no caso em que ela foi empregada como via de amenização de conflitos, especialmente nos últimos períodos modernos da sociedade, na forma de meio ou ferramenta de análise espaço-temporal, especificamente quando é assumida como meio dessas análises, por meio de sua ‘personificação’ (bacia hidrográfica, bairros, unidades conservacionistas/preservacionistas)

Com o intento da constituição do método geossistêmico nos estudos geográficos russo-soviéticos do pós-guerra mundial (década de 1960), amplamente discutido na França pelos ideais reformistas bertrandianos, a paisagem avançou em seu campo de abrangência, trilhando o campo da visão de totalidade, que

representa o ápice da Ciência, ou seja, comungar na paisagem os extremos e, através dela, extinguir dualismos retrógrados (sociedade x natureza, físico x humano, ciência x cultura) que promovem o atraso e discussões arbitrárias entre teóricos, sem a devida finalidade plausível.

Portanto, muito do que fora levantado e discutido é apenas uma pequena parte de todo o escopo envolto nas discussões da ciência geográfica, por meio do seu conceito de paisagem, mas se torna importante essa discussão para o crescimento e fortalecimento do entendimento da paisagem, principalmente através do método geossistêmico, que na construção de uma geografia mais unitária vem perdendo suas amplitudes, devido à sua subutilização mediante a métodos tecnificados.

LANDSCAPE: A REFLECTION OF THE CONCEPT IN THE GEOSYSTEMIC PERSPECTIVE

ABSTRACT

Analyzes arranged in the conceptual understanding of landscape when it is evidenced by the geographical science is of great importance. Since its effectiveness as a concept of spatial analysis in the mid-nineteenth century, its construction aggregates numerous methodological gains and losses also important, especially when it is correlated to an ambiguous character, with his job on common sense, as a form of simple representation of the environment by human vision. From the 1960s, the landscape becomes a fundamental basis of studies of geosystem method, which held as the characteristic of the values given by the natural conditions and interpreted by the experience of society in a dialectical relationship, passing the naturalistic *shallow* relationship previously engendered by itself, signing up for the full interaction of a whole.

KEYWORDS: Method. Geography. Geosystem.

PAISAJE: UNA REFLEXIÓN DEL CONCEPTO EN LA CONCEPCIÓN GEOSISTEMICA

RESUMEN

Los análisis dispuestos en el concepto de paisaje de entendimiento cuando esto se evidencia por la ciencia geográfica es de suma importancia. Desde su eficacia como un concepto de análisis espacial en la mitad del siglo XIX, su construcción hay agregado numerosos avances metodológicos y pérdidas también importante, especialmente cuando se correlaciona con un personaje polisémico, con su trabajo en el sentido común, como una forma de representación sencilla del medio ambiente la visión humana. Desde la década de 1960, el paisaje se convierte en base fundamental de los estudios de método geossistémico, que

celebró como característica de los valores dados por las condiciones naturales e interpretados por la experiencia de la sociedad en una relación dialéctica, que pasa la relación poco profunda naturalista que fue para ella engendrada, previamente mediante la firma de la interacción completa de una totalidad.

PALABRAS-CLAVE: Método. Geografía. Geosistema.

REFERÊNCIAS

- ANASTÁCIO, Amanda Rabello.; SILVA, Márcio Tadeu da.; PLÁCIDO, Vera Lúcia dos Santos. **A Geografia e a Interdisciplinaridade: possibilidades, limitações e perspectivas.** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/28.pdf>>. Acesso em: Agosto de 2014.
- BERTRAND, Claude. BERTRAND, Georges. **Une Géographie Traversière. L'environnement à Travers Territoires et Temporalités.** Paris : Éditions Arguments, 2002.
- BERTRAND, George. BERTRAND, Claude. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. In: PASSOS, M. M. (Org.). **O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades.** Maringá: Ed. Massoni, 332p. 2007.
- BERTRAND, George. **Paisagem e Geografia física global: esboço metodológico.** Cadernos de Ciências da Terra, São Paulo: IGEOG/USP, n. 13, 1971. (Tradução de Olga Cruz), 27p.
- BERTRAND, George; DOLLFUS, Olivier. **Le Paysage et son Concept. L'Espace Géographique.** Paris: 1973, p. 161-174.
- CASSETI, Valter. **Geomorfologia.** [S.l.]: [2005]. Disponível em: <<http://www.funape.org.br/geomorfologia/>>. Acesso em abril de 2013.
- CASTANHO, Roberto Barboza, HELIODORO, Linéia Silva Freitas, MARQUES, Eduardo Silveira. **Mesorregião geográfica triângulo mineiro/alto Paranaíba – MG/Brasil: a produção sucroalcooleira entre o período de 1995 e 2006.** Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-14
- CASTRO, Selma Simões de. SALOMÃO, Fernando Ximenes de Tavares. **Compartimentação morfológica e sua aplicação: Considerações metodológicas.** Revista GEOUSP. n° 7, 2000, p. 27 - 36.
- CAVALCANTI, Lucas Costa de Souza. **Cartografias de paisagens: fundamentos.** – São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

- CAVALCANTI, Lucas Costa de Souza.; CORRÊA, Antonio Carlos de Barros. **Pluviosidade no Parque Nacional do Catimbau (Pernambuco): seus Condicionantes e seus Efeitos sobre a Paisagem.** Geografia (Londrina) v. 23, n. 2. p. 133 – 156, jul/dez, 2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Carl, Sauer e a Escola de Berkeley – uma apreciação. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural.** – Rio de Janeiro: EdUFRJ. p. 09 - 34, 2001.
- DREW, D. **Processos interativos Homem-Meio Ambiente.** (Tradução: João Alves dos Santos. Revisão: Suely Bastos). – São Paulo: DIFEL, 1986.
- EMÍDIO, Teresa. **Meio Ambiente & Paisagem.** Editora Senac São Paulo. São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Vanderlei de Oliveira. **A abordagem da paisagem no âmbito dos estudos ambientais integrados.** GeoTextos, vol. 6, n. 2, dez- 2010, p. 187-208.
- GOMES, Paulo. César da Costa. **Geografia e Modernidade.** – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- JESUZ, Cleberson Ribeiro de. **Estudo geomorfológico e a análise dos processos de erosão mecânica na bacia hidrográfica do rio Tenente Amaral – MT.** 2014, fls. 142. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Cuiabá, 2014.
- LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** (Tradução de Sandra Valenzuela; Revisão Técnica de Paulo Freire Vieira). – 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.
- LUGINBÜHL, Yves. **Pour un paysage du paysage.** Economie Rurale, Soci 'et ' e Fran, caise d'Economie ' Rurale, 2009, p.23-37.
- MAXIMIANO, Liz Abad. **Considerações sobre o Conceito de Paisagem.** Revista. RA 'E GA, Curitiba: Editora UFPR, n. 8., 2004. p. 83-91.
- MEZZOMO, Maristela Moresco. **Dinâmica da paisagem e a organização das pequenas propriedades rurais em Marechal Cândido Rondon – PR.** GEOAMBIENTE ONLINE - Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí – UFG. Jataí - GO. nº.11, jul-dez/2008.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Geossistemas: a história de uma procura.** São Paulo: Contexto, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Geografia: Pequena Historia Critica.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- MOREIRA, Rui. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica.** – São Paulo: Contexto, 2012.
- REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. **A Nova Geografia Física Bertrandiana (é possível tornar humanístico um fisiógrafo?).** REVISTA GEONORTE, Edição Especial, v.4, n.4, 2012, p.34 – 46.

- REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. **Cinquenta chaves. O físico pelo viés sistêmico, o humano nas mesmas vestes... e uma ilustração doméstica: o molde (neo)positivista examinado em textos de Antonio Christofoletti.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade de Campinas. São Paulo: Campinas, 2007a.
- REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. **História de um pensamento geográfico: Georges Bertrand.** GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 32, n. 2, mai./ago. 2007b, p. 363-390.
- RODRIGUES, Cleide. **A teoria geossistêmica e sua contribuição aos estudos geográficos e ambientais.** Revista do Departamento de Geografia, São Paulo: FFCHLIUSP, n.14. 2001, p.69-77.
- ROSENDAHL, Zeny. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural.** 2ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 187 - 224.
- ROSS, J. L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental.** Oficina de Textos, São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo; Razão e Emoção.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHAIER, Raul Alfredo. **Trajatórias do conceito de paisagem na geografia.** Revista Ra'è Ga (Espaço Geográfico em Análise), nº 7, Curitiba, UFPR, 2003, p. 79-85.
- SILVA, Aldo. A. Dantas da.; GALENO Alex. (Org.). **Geografia: Ciência do Complexus: Ensaio Transdisciplinares.** Porto Alegre: Sulina, 2004.
- SILVA, Edson Vicente da.; MATEO RODRIGUEZ, José Manuel. **Planejamento e Zoneamento de Bacias Hidrográficas: a geoecologia das paisagens como subsídio para uma gestão integrada.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.36, Volume Especial, p. 4-17, 2014.
- SILVA, Márcio Luiz da. **Paisagem e Geossistema: contexto histórico e abordagem Teórico- Metodológica.** GEOAMBIENTE ON-LINE – Revista Eletrônica do Curso de Geografia do Campus Jataí – UFG, Jataí-GO, n.11, jul-dez/2008.
- SOTCHAVA, Viktor Borisovich. **O estudo de geossistemas. Métodos em questão.** São Paulo, n. 16, 1997.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Um Discurso sobre as Ciências.** Porto: Edições Afrontamento, 1988. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt.php>>. Acesso em: junho de 2013.
- SOUZA, Reginaldo José de. **O Sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem) como novo projeto geográfico para a análise da interface Sociedade-Natureza.** Revista Formação, n.16, volume 2 – 2009, p.89-106.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Notas sobre Epistemologia da Geografia.** Cadernos Geográficos. nº12. UFSC, 2005.

- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. **A natureza da Geografia Física na Geografia**. Revista Terra Livre, nº17. São Paulo. 2º Semestre/2011, p. 11 -24.
- TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes, valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- VALENCIO, Norma. (Org.). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas do Brasil**. vol. II. – São Carlos: RiMA Editora, 2010.
- VESENTINI, José Willian. **Controvérsias geográficas: epistemologia e política**. Confins [Online], 2 | 2008, Disponível em: <<http://confins.revues.org/1162>; DOI : 10.4000/confins.1162>. Acesso em Agosto 2014.
- VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. **Metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do Estado de Mato Grosso**. 2002, fls. 360. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: 2002.

Data de recebimento: 01/08/2015

Data de aceite: 18/03/2016